



REDAÇÃO

**E-BOOK**

MÓDULO#4



# INTERVENÇÃO SOCIAL

## A RAZÃO DE SER DA INTERVENÇÃO SOCIAL

Caros estudantes,

A complexidade de demandas sociais existente no Brasil exige, cada vez mais, um conjunto de ações estruturadas para atender as necessidades e os anseios da população. Apesar dos diversos avanços no que diz respeito aos direitos sociais, nosso país, infelizmente, é marcado por problemas que permanecem historicamente e por outros surgidos com a contemporaneidade. Educação, saúde, segurança pública, desemprego, alimentação, o trabalho infantil, a associação de bebida e direção, a falta de moradia, a violência contra as mulheres, o lixo das cidades, são apenas algumas das diversas grandes questões presentes em forma de problemática em nosso cotidiano.

Nesse contexto, não há dúvidas de que, colaborando com tudo isso, há a inércia, a incompetência, a politicagem e a corrupção de muitos daqueles eleitos “democraticamente” para elaborar as diretrizes interventivas em favor do bem social, ou para executá-las de maneira digna. Entretanto, mais que apenas culpar nossa classe política por sua ineficácia e por seus crimes, como cidadã, grande parcela da população brasileira ainda precisa desfazer o papel passivo de puramente saber que existem problemas e considerá-los normais, de apontá-los e reconhecê-los como graves, mas não propor nada que nasça do próprio seio do povo, das mais diversas formas e pelos mais diversos meios.

A redação do Enem é uma oportunidade de os estudantes não apenas apresentarem suas opiniões sobre algum tema da realidade brasileira; é um momento, também, de demonstrarem suas cidadanias críticas através de um momento do texto dissertativo-argumentativo chamado de **intervenção social**.

## O QUE É INTERVENÇÃO SOCIAL?

Trata-se, geralmente, do último parágrafo do texto, isto é, após apresentar o tema e a tese (introdução), argumentar a tese através de explicações, de justificativas, da apresentação de provas, problematizando questões (desenvolvimento), o estudante deve apresentar uma proposta de intervenção social para o problema abordado e discutido, demonstrando assim uma participação cidadã nos importantes debates da vida pública brasileira. É avaliada na competência 05, isto é, vale 200 pontos na correção.

A apresentação de uma boa intervenção revela a capacidade crítica de um candidato que pretende ser, justamente, um participante do espaço das ideias: a universidade. O texto será avaliado com base na combinação dos seguintes critérios:

- a) presença de proposta X ausência de proposta; e
- b) proposta com detalhamento dos meios para sua realização X proposta sem detalhamento dos meios para sua realização.

## DICA

Ao redigir seu texto, evite propostas vagas ou muito genéricas; busque ações mais concretas (exequíveis), mais específicas ao tema e consistentes com o desenvolvimento de suas ideias.

## VAMOS BRINCAR DE “PROBLEMATIZAR”?

Para eu haja uma intervenção, deve haver um problema. A partir dos temas abaixo sugeridos, problematize três questões para cada um. Essa atitude problematizador, inclusive, deve ser feita em seu pré-texto, quando ainda se está pensando em como será o texto, na famosa “tempestade de ideias”.

**I – A importância cultural do índio brasileiro;**

---

---

**II – O uso exagerado de redes sociais no Brasil;**

---

---

**III – A prática da leitura faz nascer uma prática cidadã.**

---

---

## CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO SOCIAL.

**A)** do ponto de vista do conteúdo por:

- I – ser coerente com a tese desenvolvida e com os argumentos utilizados;
- II – expressar a visão de mundo do(a) autor(a);
- III – respeitar os direitos humanos;

**B)** do ponto de vista do forma por:

- I – apresentar a ação interventiva (o que será feito, com detalhes)
- II – apresentar o ator (ou atores) social competente para executá-la (quem fará);
- III – apresentar o meio de execução da ação (como será feito, com detalhes);
- IV - apresentar o efeito da ação (as consequências positivas).

## ANÁLISES INICIAIS

A partir do que discutimos até agora, analisemos e comentemos as intervenções abaixo:

**I -** Concluindo então, as condições em que se encontram muitas crianças na sociedade brasileira não são boas e, por isso, é preciso que se faça alguma coisa para melhorar suas vidas, já que elas representam o que ainda há de esperança para este país.

---

---

**II –** Depois de fazer todos estes argumentos, chega um momento da sinceridade. A verdade é que existem muitas mulheres que dão a entender que são melhores que os homens. Ora, se a mulher fosse igual ao homem, ela seria homem, e não mulher. Além disso, muitas provocam: vestem roupas curtas, falam alto, comportam-se como verdadeiras prostitutas, o que significa que deve haver mesmo uma intervenção dos homens, mesmo que seja com alguns corretivos físicos, ou mesmo uma surra, se for o caso. Matar, porém, é algo muito rude. Que os hematomas as ensinem a respeitar a moral e os bons costumes de uma sociedade corrompida.

---

---

## DICA

Toda proposta de redação é problematizável. É importante que sua proposta de intervenção não se dirija ao assunto geral do tema. Espera-se que os parágrafos possuam unidade argumentativa, isto é, um parágrafo de desenvolvimento não pode ser uma imensa lista de problemas. Para cada problema discutido, caso tenha naturezas diversas, haverá a necessidade de uma intervenção específica.

## ANÁLISE

Analisemos este texto completo, para que verifiquemos a problematização discutida sobre o tema e para que percebamos a relação que há entre o problema e a intervenção social. Há uma ligação direta? A intervenção é coerente com o restante do texto?

Trata-se de um texto escrito para o tema “**Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil**” (2016)

Embora seja direito assegurado a todos os cidadãos pela Constituição Federal, a liberdade religiosa não é garantida de modo isonômico aos brasileiros. Ora velada, ora implícita, a intolerância quanto ao diferente faz parte da realidade do país. Infelizmente, o desconhecimento da população em relação ao processo de formação da nação e a falta de punição sob os que atentam contra a religião do próximo impedem que o respeito à diversidade cultural brasileira seja consolidado.

Segundo os sociólogos da chamada “Geração de 30”, muito importantes para o desenvolvimento da antropologia no país, o Brasil é formado por uma fricção interétnica. Isto é, desde os tempos da colonização, diferentes culturas compartilham o mesmo território. Contudo, tal interação não ocorre de forma harmônica, uma vez que a persistência do pensamento eurocêntrico do século XVI, que considera os costumes de outros povos como inferiores, gera a intolerância religiosa dos dias atuais. Inquestionavelmente, o preconceito quanto às culturas minoritárias ainda é muito marcante no país, o que é responsável por quadros de violência e por conflitos sociais. O caso de apedrejamento de uma menina de onze anos vestida com trajes típicos do candomblé, ocorrido no Rio de Janeiro, é prova da falta de respeito de parte dos brasileiros às diferentes culturas que formam o país.

De modo análogo, a certeza da impunidade faz com que crimes de ódio continuem acontecendo. Consoante aos ideais liberais de John Locke, as leis brasileiras caracterizam-se pelo respeito às liberdades individuais, o que é, sem dúvidas, uma grande conquista dos brasileiros. Todavia, o que é proposto pela legislação não é colocado em prática integralmente, contribuindo, assim, para o crescimento do preconceito no país. O crescente número de denúncias relacionadas à intolerância religiosa, constatadas pela Secretaria dos Direitos Humanos, comprova que uma parcela da população brasileira ainda não tem acesso à plena liberdade de culto e religião.

A fim de garantir, portanto, a equidade na garantia de direitos à população, são necessárias transformações na sociedade brasileira. O Ministério da Educação, primeiramente, deve inserir à matriz curricular estudantil debates e estudos antropológicos acerca do processo de formação do país, de modo a valorizar a participação das mais variadas culturas na composição da identidade brasileira. Ademais, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social a realização de palestras, sarais e exposições que exaltem a importância do respeito à diversidade religiosa do Brasil. Por fim, cabe às Secretarias de Segurança Pública a criação de delegacias especializadas na investigação de crimes que envolvam a intolerância religiosa, de modo a intensificar o combate a tal preconceito. Afinal, somente com a cooperação entre Estado e sociedade será possível lutar contra a intolerância, um mal que ameaça o Brasil.

**CARVALHO, I. R.S.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

## COMENTÁRIOS

Proponha uma intervenção social para os problemas apresentados por estas manchetes de notícia.

Edição do dia 19/02/2013

21/01/2013 14h55 - Atualizado em 19/02/2013 15h22

## Especialistas alertam sobre quando o consumismo pode virar doença

Mais de três mil pessoas contaram suas histórias e mandaram perguntas. Psicóloga e psiquiatra dão orientações sobre consumo saudável.

Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/01/consumismo-e-o-tema-da-proxima-reportagem-do-jovens-do-brasil.html>

---

---

---

EDUCAÇÃO

## População joga 5 toneladas de lixo por dia nas ruas do Centro

Disponível: <http://maringa.odiario.com/maringa/2017/04/populacao-joga-5-toneladas-de-lixo-por-dia-nas-ruas-do-centro/2355974/>

---

---

---

### EXEMPLO 1

Neste exemplo, a autora considerou e discutiu, no desenvolvimento, o “individualismo” como a problemática fundamental para explicar a “intolerância religiosa no Brasil”.

#### INTERVENÇÃO SOCIAL

Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Assim, observada a ação conjunta entre população e poder público, alçará o país a verdadeira posição de Estado Democrático de Direito.

LIMA, V.O. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

#### Comentário:

Pela leitura desta proposta, chama logo atenção a excelente organização do parágrafo. O autor dividiu-o em quatro períodos. No primeiro, apresentar a necessidade de geral que se impõe, a cooperação de “indivíduos e instituições pública”; no segundo, especifica um ator social (os cidadãos) bem como a ação a ser realizada (repúdio a inferiorização das crenças e dos costumes), o meio de execução da ação (debates nas mídias sociais) e o seu efeito (desconstrução da prevalência de uma religião sobre as demais); no terceiro período, apresenta um novo ator social (Ministério Público), a ação e o meio que este deve realizar (ações judiciais pertinentes) e o efeito subentendido de acabar com “atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença”; e, no último período, reafirma ideia da proposta e expõe o benefício geral de sua ideia: a de que o país alcançará a “verdadeira posição de Estado Democrático de Direito”. Embora bem organizada, bem articulada com a problemática discutida e com a tese, apresentando os elementos necessários a uma boa intervenção, acreditamos que o autor poderia ter fugido um pouco mais ao óbvio, sobretudo no diz respeito ao como fazer. Entretanto, a correção considerou uma excelente intervenção, o que lhe rendeu nota 200 na competência 05.

## EXEMPLO 2

Neste exemplo, também relacionado ao tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” (2016), a autora discutiu a problemática da intolerância por meio de uma argumentação histórica e do fato de ser um crime de ódio. Neste caso, considerou como problemática a sofrer intervenção, não um fator específico ligado ao tema, mas o próprio tema.

### INTERVENÇÃO SOCIAL

Conclui-se, então, que o combate à discriminação religiosa é de suma importância para que se assegure um dos direitos mais antigos a todas as pessoas e, por conseguinte, seu bem-estar. Para isso, é preciso que os órgãos especializados, em parceria às delegacias de denúncia, ajam de acordo com a lei, investigando e punindo os agressores de forma adequada. Ademais, o governo deve promover campanhas contra condutas de intolerância e as escolas devem gerar debates, informando seus alunos sobre o tema e desconstruindo preconceitos desde cedo. Por fim, a mídia pode abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas, visto que causa forte impacto na vida social. Assim, o respeito será base para a construção de um Brasil mais tolerante e preocupado com a garantia dos direitos humanos de sua população.

ECCO, J. B. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

### Comentário:

A autora deste texto também dividiu sua intervenção social em três momentos: 1) uma generalização sobre a importância de intervir contra a intolerância religiosa; 2) a apresentação de sua ideia para isso; e 3) uma consequência/conclusão geral sobre sua ideia. Vale destacar que ela utilizou, na ação proposta, quatro atores sociais, todos institucionais: “órgãos e delegacias especializadas”, “o governo”, “as escolas” e a “mídia”. O que mais chamou atenção em sua ideia, do ponto de vista da fuga do senso comum, refere-se ao como a “mídia” poderia ajudar no combate à intolerância, quando afirma que esta poderia “abordar a intolerância religiosa como assunto de suas novelas”.



### EXEMPLO 3

A intervenção abaixo diz respeito ao tema “A persistência da violência contra a mulher no Brasil” (2015). Em seu desenvolvimento, a autora discutiu dois fatores como preponderantes para essa permanência: raízes históricas (o patriarcalismo) e ideológicas (o machismo).

#### INTERVENÇÃO SOCIAL

Pode-se perceber, portanto, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para promover a objetificação da mulher e passe a usá-la para difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão contra o sexo feminino. Ademais, é preciso que o Poder Legislativo crie um projeto de lei para aumentar a punição de agressores, para que seja possível diminuir a reincidência. Quem sabe, assim, o fim da violência contra a mulher deixe de ser uma utopia para o Brasil.

**CASTRO, A.C.M.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf)

#### Comentário:

Mais uma vez, a organização dessa introdução segue a tríade: apresentação do problema (geral ou específico), apresentação da proposta propriamente dita e uma conclusão que arremeta a ideia. Neste caso, em sua apresentação de proposta, ao mesmo tempo em que sugere a intervenção da mídia, faz uma crítica aos meios midiáticos. Propõe que em vez de objetificar a mulher (em propagandas e em programas populares de tv, por exemplo) deve “difundir campanhas governamentais para a denúncia de agressão”, o que significou uma boa riqueza de detalhes. Essa crítica foi um ponto muito positivo da consciência crítica da autora, de seu conhecimento de mundo. Quanto ao outro sujeito (Poder Legislativo) sugeriu algo um tanto clichê: aumentar a punição.

## EXEMPLO 4

A intervenção abaixo diz respeito ao tema “A persistência da violência contra a mulher no Brasil” (2015).

### INTERVENÇÃO SOCIAL

Muitas vezes presa a um relacionamento de muito tempo, a mulher aceita a condição à qual é submetida e se nega a procurar algum tipo de ajuda. A mudança deve acontecer de três formas: primeiramente, a mulher não pode deixar-se levar pelo pensamento machista da sociedade e deve entender que não há justificativa para a agressão; pessoas que têm conhecimento de mulheres que aceitam a violência, por sua vez, devem telefonar para o Ligue 180 com ou sem o consentimento da vítima; e, por fim, a geração atual deve preocupar-se em deixar de transmitir culturalmente a ideia de que o gênero feminino é inferior. Para que as gerações seguintes vivam em um país igualitário, a mudança começa agora.

**ROZZA, A.C.S.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2016/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redacao_do_enem_2016.pdf)

### Comentário:

O diferencial desta intervenção é que a autora coloca as próprias vítimas como sujeitos atuantes em prol da própria resolução do problema, quando afirma que elas devem tomar consciência de sua condição de vítima e de mulher. Além disso, as “pessoas” (terceiros), segundo a redatora, devem denunciar casos de violência contra a mulher. Por fim, menciona a “geração atual” deve negar a ideologia de inferiorização da mulher. Observa-se, portanto, que a autora investiu mais no próprio papel da sociedade. Sua proposta de intervenção sugere uma mudança de atitude da população, embora não tenha especificado meios específicos e com maior detalhamento para que tais ações ocorram, sobretudo do agente “geração atual”. Essa visão de que a própria população pode agir é muito positiva

## COMPARE E COMENTE AS DUAS INTERVENÇÕES ABAIXO:

### INTERVENÇÃO 1

Torna-se evidente, portanto, que os caminhos para a luta contra a intolerância religiosa no Brasil apresentam entraves que necessitam ser revertidos. Logo, é necessário que o Governo investigue casos de impunidade por meio de fiscalizações no cumprimento de leis, abertura de mais canais de denúncia e postos policiais. Além disso, é preciso que o poder público busque ser o mais imparcial (religiosamente) possível, a partir de acordos pré-definidos sobre o que deve, ou não, ser debatido na esfera política e disseminado para a população. Ademais, as instituições de ensino, em parceria com a mídia e ONGs, podem fomentar o pensamento crítico por intermédio de pesquisas, projetos, trabalhos, debates e campanhas publicitárias esclarecedoras. Com essas medidas, talvez, a profecia de Zweig torne-se realidade no presente.

**ABBADE, D.M.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

### INTERVENÇÃO 2

É necessário, pois, que se reverta a mentalidade retrógrada e preconceituosa predominante no Brasil. Para tal, o Estado deve veicular campanhas de conscientização, na TV e na internet, que informem a população sobre a diversidade religiosa do país e a necessidade de respeitá-las. Essas campanhas também podem, para facilitar a detecção e o combate ao problema, divulgar contatos para denúncia de casos de intolerância religiosa. Concomitantemente, é fundamental o papel da escola de pregar a tolerância já que, segundo Immanuel Kant, “o homem é aquilo que a educação faz dele”. Portanto, a escola deve promover palestras sobre as diferenças crenças do país, ministradas por especialistas na área ou por membros dessas religiões, a fim de quebrar estereótipos preconceituosos e tornar os jovens mais tolerantes.

**PONTE, J.V.V.** Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2017/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf)

## COMENTÁRIOS

---

---

---

---

---

---

---

---

## PROPOSTA DE REDAÇÃO:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIOLÊNCIA NO BRASIL: JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS** apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

### TEXTO 01

Domingo, dia 18 passado, logo pela manhã, um vídeo divulgado pela SCCP no Twitter circulava nas redes sociais. O vídeo mostra uma pessoa caída sendo violentamente agredida. Pior, pessoas que estão caminhando em rumo contrário ao agredido, e ao vê-lo apanhando, voltam atrás e correm para espancá-lo, pisoteá-lo e chutá-lo.

Há que se registrar que, no vídeo, também aparecem um ou dois bons samaritanos: não vacilaram em defender a vida e a integridade física do agredido. Acompanha o vídeo um curto texto informando que se tratava de uma briga entre torcedores do Curitiba e do Corinthians. Mas, no vídeo, só vejo uma pessoa caída e sendo agredida.

Com asco e indignação, me pergunto: Por que tanta violência? O que pensam essas pessoas? Qual o resquício de humanismo que têm? São essas mesmas pessoas que chegam em casa todos os dias, seja do trabalho, do estudo ou da diversão e abraçam e são abraçados por familiares (pais, mães, filhos e filhas)?

São essas mesmas pessoas que vão à igreja orar ou rezar? Orar e rezar, mesmo que quase insignificante, há uma diferença entre estas duas palavras. “Orem pelo Brasil”, é a frase que leio em alguns vidros traseiros de alguns carros. Não seria melhor orar pelos brasileiros e, mais do que isso, desarmar o ódio? Não seria melhor investir na educação? Não vacilar na defesa do direito do outro pensar diferente e no caso torcer por outro time de futebol. (...)

Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/justica-com-as-proprias-maos-nao-e-justica-e-justicamento/>

### TEXTO 02

Linchamentos revelam o lado mais primitivo do ser humano. O que surpreende agora é que, em pleno século XXI, esses casos venham se tornando cada vez mais frequentes no Brasil.

Espancada depois de ser confundida com uma sequestradora de crianças, Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, foi a 20ª pessoa assassinada em uma situação de justiça pública neste ano no Brasil. Moradora do Guarujá (SP), a dona de casa morreu no dia 5 de maio devido a um traumatismo craniano dois dias depois de ser agredida. Desde fevereiro, pelo menos outras 37 pessoas foram vítimas de linchamento no país.

Segundo a família, Fabiane foi alvo das agressões a partir da publicação em uma rede social do suposto retrato falado de uma mulher que sequestrava crianças para utilizá-las em rituais satânicos no Guarujá. Familiares e a polícia afirmaram que a morte da dona de casa foi resultado de um boato. “Não foi registrado nenhum sequestro de criança no Guarujá. Esse foi um boato nas redes sociais que veiculou em várias localidades e chegou aqui”, argumentou o delegado Luiz Ricardo Lara, do 1º Distrito Policial da cidade do litoral paulista.

Casos semelhantes aconteceram ultimamente no Espírito Santo. Dois deles foram registrados em maio de 2013, um em Vargem Alta e outro em Vila Velha, além do ocorrido na Serra em abril deste ano.

Linchamentos não podem ser vistos como uma ação irracional. A conclusão é da pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), Ariadne Natal, autora de tese sobre casos de justiça sumários ocorridos em São Paulo entre 1980 e 2009. “Qualquer pessoa que tenha participado do linchamento da Fabiane vai dizer que tinha certeza de que ela era culpada, que era preciso linchá-la para expiar o mal que atribuíam a ela. Ou seja, estão equivocadas ao acreditarem fazer justiça, mas não estão agindo irracionalmente”, sustentou a pesquisadora, em recente entrevista à Agência Brasil, ao pontuar que pesquisou 385 casos de linchamento noticiados pela imprensa. (...)

Disponível em: <http://comunhao.com.br/violencia-justica-com-as-proprias-maos/>

